



**CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

RENATA DE LIMA PEREIRA

**LINHA DE PESQUISA
GEOGRAFIA DO TRABALHO**

**INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA
FEIRA LIVRE DE GUARABIRA/PB**

**GUARABIRA/PB
2014**

RENATA DE LIMA PEREIRA

INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA FEIRA
LIVRE DE GUARABIRA/PB.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, em cumprimento a exigência para a obtenção do título de Licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima

Guarabira/PB
2014

P349i Pereira, Renata de Lima
Informalidade e precarização do trabalho na feira livre de
Guarabira/PB [manuscrito] : / Renata de Lima Pereira. - 2014.
50 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: Edvaldo Carlos de Lima, Departamento de
Geografia".

1. Trabalho informal. 2. Precarização do trabalho. 3. Feira
livre. I. Título.

21. ed. CDD 331

RENATA DE LIMA PEREIRA

**INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA FEIRA
LIVRE DE GUARABIRA/PB.**

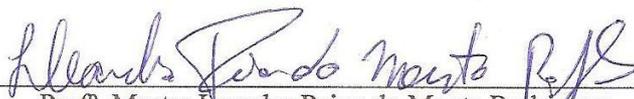
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima
Doutor em Geografia pela UFPE
Professor do Departamento de Geografia/CH/UEPB



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto
Doutor em Sociologia pela UFPB
Professor do Departamento de Geografia/CH/UEPB



Prof. Mestre Leandro Paiva do Monte Rodrigues
Doutorando em Geografia pela UFRN
Professor Substituto do Departamento de Geografia/CH/UEPB

Aprovado em 06/03/2014.

GUARABIRA/PB
2014

A todos, os feirantes, que trabalham em busca de uma vida melhor, em especial nas pessoas dos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, **Maria das Dores Lima da Silva** e **Manoel Pereira da Silva** pelo orgulho que sinto da dignidade e da consolidação de valores construídos ao longo dos anos. Vocês foram as primeiras pessoas que inquietaram meus pensamentos e fizeram buscar compreender o mundo precário do trabalho. Gratidão por me proporcionar a experiência de ser feirante, trabalho de campo nenhum me faria compreender o quão complexo é a vida de vocês. É com muito amor, satisfação e orgulho que digo ser filha de trabalhadores da feira livre.

Agradeço aos meus irmãos:

Janaina de Lima (Nana), você me ajuda a desenvolver uma consciência crítica, decidir meus caminhos, trabalhar meus erros, construir tolerância, reconhecer minhas dificuldades. Me faz encontrar esperança na dor, força no medo e amor nos desencontros. Descobri com você que nas coisas mais simples e anônimas se escondem os segredos da felicidade.

Lucas de Lima por treinar minha emoção diariamente, desafiar meus pensamentos, fazer-me ultrapassar os meus limites e descobrir que felicidade não é um dom, é um treinamento.

Alessandro de Lima *in memoriam*, obrigada pelo sobrinho que nos deixastes, Alexander Lima (Dinho), ele é tão amado quanto fostes um dia.

Agradeço ao mestre inesquecível que transcende o mundo físico e desafia as ciências.

Ao meu companheiro e amigo José Dantas Soares “Zinho”, meu muito obrigado! Obrigada por tudo, por cada detalhe. Aprendi com você que o Amor tranquiliza o pensamento, incendeia a motivação, rompe os obstáculos. O amor renova as esperanças, reanima a alma.

Agradeço aos afilhados (as) Emily, Eduarda e Guilherme, e as princesas Tamires e Emanuely, vocês alegam a minha vida, me faz acreditar ainda mais no futuro da humanidade.

Obrigada também a minha turma 2009.2, pelas recordações que o tempo jamais apagará, pelas dificuldades superadas e amizades sólidas construídas ao longo desses 4 anos. Valeska, Hileanna, Janiele (Fifil), Débora e Janicleide espero que o tempo jamais apague o imenso carinho que sinto por cada uma de vocês.

É com imenso carinho que agradeço a amiga Lubiana (Lulu) por cada hospedagem dada e pela companhia durante esse período de TCC, e a amiga Thamires (Thamiis) por não me deixar desanimar perante os obstáculos cotidianos, vocês são a prova real que sem apoio material ou sozinho não se faz pesquisa.

Obrigada a todos os professores que me ensinaram durante essa caminhada, desde a educação infantil à graduação, vocês são peças únicas no teatro da vida.

Agradeço ao meu orientador Edvaldo Carlos de Lima por me ensinar a fazer uma leitura crítica do mundo, e por me fazer compreender que o conhecimento é produzido num processo contínuo e sem fim.

Agradeço ao grupo de estudos CEGeT, e as minhas amigas de luta e da vida Janiele Souza (Fifil) e Juliene Fernandes (Ju), é bom caminhar junto a vocês compartilhando experiências de vida e construindo o Intelecto.

Obrigada a todos os trabalhadores formais e informais que a cada dia constroem esse mundo tão complexo e espetacular.

Muito Obrigada a todos!

“Dois palhaços se olham através da moldura vazia de um grande espelho. Um é exatamente a réplica do outro pelo tamanho, pela roupa e pela maquiagem. O primeiro está bêbado e o segundo imita com cuidado todos os seus gestos [...] O primeiro palhaço é o Capital, na embriaguez e na cegueira de seu crescimento; O palhaço imitador e lúcido é o Estado” (RAFFESTIN, 1993 p. 176).

TITULO: INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA FEIRA LIVRE DE GUARABIRA/PB.

LINHA DE PESQUISA: Geografia do trabalho

AUTORA: Renata de Lima Pereira

ORIENTADOR: Edvaldo Carlos de Lima

EXAMINADORES: Belarmino Mariano Neto, Leandro Paiva do monte Rodrigues

RESUMO

O presente artigo visa compreender, como objetivo geral, a importância de se estudar a questão da categoria trabalho, e sua centralidade na realização da produção do espaço brasileiro. Na era do “meio-tecnico-científico-informacional¹”, para analisar o momento histórico da classe trabalhadora brasileira em pleno século XXI, cabe-nos, de antemão, dizer que vivemos em uma sociedade de trabalhadores livres, carregando dentro de si uma imagem tradicionalmente análoga à escravidão com roupagem “moderna”, isso pela razão de terem na venda da força de trabalho o único meio de subsistir. Analisar este e outros processos de trabalho, nos remete a entendermos as contradições impostas pelo capitalismo global através de um estudo na escala geográfica municipal, ou seja, nosso estudo aborda a informalidade e precarização do trabalho na feira-livre de Guarabira/PB. A informalidade e a precarização tem centralidade na referente pesquisa por que configuram o cotidiano dos trabalhadores que são foco da nossa análise. Nossa análise é desenvolvida por meio da crítica social no sentido de observar o movimento de estudar as mazelas que são presentes no processo de trabalho pelo capitalismo, e que estão expressos nos empregos que os feirantes ocupam. Outra proposta de análise é o sentido e o significado das condições de reprodução social da classe trabalhadora de Guarabira, tendo por foco de estudo a mão-de-obra presente na respectiva feira.

PALAVRAS CHAVE: Informalidade, Precarização do trabalho, resíduos sólidos e feira livre.

¹ Milton Santos (2002).

RESUMEN

Este artículo trata de comprender, como objetivo general, la importancia de estudiar el tema de trabajo de la clase, y su posición central en la realización de la producción del espacio brasileño. En la era de la " medio tecno-científico-informacional ", para analizar el momento histórico de la clase trabajadora brasileña en el siglo XXI, tenemos que, de antemano, decir que vivimos en una sociedad de trabajadores libres, llevando dentro de una imagen tradicionalmente análoga a la esclavitud en la ropa "moderna", por la sencilla razón de que tienen en la venta de la fuerza de trabajo la única manera de sobrevivir. Analizar este y otros procesos de trabajo, nos lleva a entender las contradicciones impuestas por el capitalismo global a través de un estudio en la escala geográfica municipal, es decir, nuestro estudio se refiere a la informalidad y la precariedad del trabajo en el libre Guarabira / PB. La informalidad y la precariedad tienen centralidad en la investigación relacionada que dan forma a la vida cotidiana de los trabajadores que son el centro de nuestro análisis. Nuestro análisis se desarrolla a través de la crítica social con el fin de observar el movimiento de estudiar las enfermedades que están presentes en el proceso de trabajo bajo el capitalismo, y que se expresan en los puestos de trabajo que ocupan el recinto ferial. Otro análisis propuesto es el significado y la importancia de las condiciones de reproducción social de la clase Guarabira trabajo se centra en el estudio de la mano de obra en su actual feria.

Palabras clave: trabajo precario, la informalidad, residuos sólidos e feria libre.

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, o processo autodestrutivo do capital é a perspectiva histórica mais corrente para a humanidade dentre as mais variadas latitudes do espaço mundial. Varias são as evidências que confirmam nossa assertiva, porém, a atividade bélica é a comprovação com melhor teor explicativo². Essa nova empreitada do capital em escala – vale ressaltar que a atuação do aparato militar de destruição em massa dar-se-á por meio de guerras regionais, isto com a participação direta ou indireta das nações que compõe o G8 – demarca um novo ciclo de reprodução do capital, o qual é resultado da crise estrutural insurgente que iria aparecer no cotidiano das mais oriundas nações com as mais variadas multifacetadas.

A implosão de guerras no Afeganistão e Iraque no início do século XXI não marca, apenas, o novo curso histórico da geopolítica e geoeconomia em escala planetária; pelo contrário, os conflitos bélicos são “a ponta do iceberg”, que expressam uma guinada estrutural e conjuntural na relação capital *versus* trabalho (vale ressaltar que tais fatos indicam o desdobramento do processo autodestrutivo advindo da década de 1970), onde a produção–destrutiva vem sendo a condução mais clarividente para a burguesia internacional manter sua taxa de lucro. É através de István Mészáros que melhor compreendemos o processo autodestrutivo do capital:

As forças destrutivas da ordem da produção do capital já não são, em nossos dias, apenas potencialidades ameaçadoras, mas realidades onipresentes. Hoje, o funcionamento “normal” e a contínua expansão do sistema do capital são inseparáveis do exercício irrestrito das “forças produtivas-destrutivas unilateralmente desenvolvidas” que dominam a nossa vida, não importa quão catastróficos sejam seu já visível impacto e os riscos para o futuro – até bem maiores do que reconheciam os ambientalista socialistas (MÉSZÁROS, 2002, p.59).

Os conflitos bélicos são, também, reflexos de uma nova ordem mundial que impactou drasticamente o mundo do trabalho, com maior evidência, sobretudo, nos países periféricos. Tais impactos se traduzem na flexibilização da legislação trabalhista, terceirização, informalização e precarização. De antemão, teriam muitos nexos de análises que seriam necessários para explicar o contexto histórico mencionado, o que, portanto, não está em nossa incumbência. Sinalizar para o processo autodestrutivo do capital, dando especificidades

² Num podemos esquecer as guerras no Kuwait, no Golfo, Vietnã.

históricas e geográficas a partir dos conflitos bélicos mencionados, nos serve, nesta pesquisa, apenas para exemplificar a nova perspectiva do sistema social do capital³, onde, por exemplo, com as guerras do Afeganistão e do Iraque no início do século XXI a economia de guerra dos Estados Unidos movimentou (com despesas) entre 4 a 6 trilhões de dólares segundo, Linda Bilmes, professora da universidade de Harvard⁴.

Sobre o sistema social do capital, Antônio Thomaz Júnior menciona as suas especificidades mais estruturais:

Um sistema social de desigualdade estrutural incorrigível e incuravelmente injusto ou que sustenta a incômoda verdade de que o capital é incapaz de reconhecer seus próprios limites e que as reformas que se sucedem só fazem remediar as contradições e os perigos mais cruéis de sua incontabilidade, que perniciosamente impõe uma ordem social ainda mais injusta e iníqua. (THOMAZ JR., 2011, p.11).

Em síntese, queremos afirmar que no mundo contemporâneo o capital revela de forma clara e brusca a sua força destrutiva para com o verdadeiro sentido do trabalho: atender as necessidades materiais da humanidade. O trabalhador substituído pelas novas tecnologias, excluído do processo de produção e descartado pela crescente ampliação do capital tende a buscar novas formas de se reproduzir materialmente dentro de uma formação socioespacial que tem na lógica do capital sua lei máxima.

O objetivo da presente pesquisa é discutir sobre a precarização do trabalho e a informalidade na feira-livre de Guarabira-PB. Trata-se de uma pesquisa que visa compreender as diferentes formas que a classe trabalhadora produz pra se manter inserida dentro do modo de produção capitalista, tendo os trabalhadores da respectiva feira como exemplo dessa totalidade, a qual em nenhum segundo está desconectada do contexto histórico mencionado no inicio dessa introdução.

As observações obtidas em trabalho de campo, produção e análise de imagens fotográficas, obtenção de dados primários, e referencial bibliográfico, constituem o arcabouço técnico-metodológico da pesquisa. Ao aplicar tais metodologias, pretendemos referendar

³ Não é nossa pretensão jamais afirmar – até por que não temos uma bola de cristal – que a conjuntura contemporânea será marcada por conflitos bélicos, como os acontecidos a partir da década de 1970 e mais precisamente os dois conflitos do início do século XXI no Afeganistão e no Iraque. Queremos – com esse contexto – afirmar o quanto é lucrativo para o capital guerras como as do século em curso.

⁴ Sobre este assunto ver: <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/guerras-de-iraque-e-afeganistao-custarao-entre-us-4-e-6-tri>

através do estudo de caso a precarização do mundo do trabalho, enquanto resultado da ofensiva do capital sobre o trabalho numa escala de análise municipal: Guarabira.

2 A CONFLUÊNCIA DO BINÔMIO PRECARIZAÇÃO/INFORMALIZAÇÃO DO TRABALHO NO NOVO MILÊNIO.

Nas últimas décadas do século XX o modo de produção capitalista apresentou diversos sinais de exaustão, como, por exemplo, a espacialização das crises nas mais diversas latitudes do globo, a redução do intervalo de uma crise a outra (um limite que era de 10 em 10 anos, passou para 5 a 8 anos), a presença do desemprego estrutural tanto nas sociedades capitalistas centrais quanto nas periféricas num curto lapso de tempo e a exploração dos recursos naturais de forma exacerbada.

A exaustão aqui mencionada marca o fim dos anos dourados do capitalismo, ou seja, a época mais próspera para acumulação de capital (entre as décadas 1940-1970). Através do historiador Eric Hobsbawm, podemos compreender melhor o que foi o período áureo da ordem social do capital:

Entre 1945 e 1973, os países capitalistas tiveram um crescimento econômico muito grande. Esse período de ouro, foi marcado principalmente pelo crescimento econômico, seguido de: crescimento populacional acelerado; expansão urbana, sustentado pelo intenso êxodo rural, principalmente em países pobres, que levava ao crescimento desordenado das cidades; novas tecnologias gerando grande produtividade agrícola; aumento de emprego e do consumo; produção em massa que irá se estender até o setor alimentício (McDonald's, que desde sua fundação, em 1955, adotou a linha de montagem no preparo dos alimentos); era do automóvel que irá se expandir para diversos países da Europa, depois dos Estados Unidos; dependência do petróleo[...]; globalização - implantação de multinacionais em países pobres e economia mundial interdependente (HOBSBAWN, 1995, p. 253).

O término dessa conjuntura demarca para muitos analistas, dentre eles István Mészáros, o início da crise estrutural do capital. Na conjuntura que surge pós – 1970 houve transformações peculiares e diversas no campo da economia, da política e, também, no âmbito ideológico, tal qual repercutiu nos valores ético e morais da classe trabalhadora. Com isso, fez-se imprescindível que o capital oferecesse novas formas para a sua reprodução, cuja influência se daria no mundo do trabalho. As formas oferecidas para a reprodução do capital

estão evidentes em dois fatores, os quais são o foco de pesquisa do nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): precarização e informalização do trabalho.

Quando alegamos que as novas formas para a reprodução do capital influenciou no mundo do trabalho, queremos, com isso, assinalar para o poder corrosivo que o capital vem cometendo sobre o trabalho se traduz em: a) padrão de vida (mais especificamente o poder de consumo), o qual ou se deteriorou ou, quando muito, estagnou-se; b) desestabilização política das organizações de classe e, consecutivamente, a “descrença” dos trabalhadores para com as mesmas; c) a perda de referência de quem são seus aliados e inimigos no cenário político atual, corroborando numa “guerra infernal” intraclasse; d) “estrangulamento” e derrocada do seu horizonte político-ideológico, que levou paulatinamente a retirada das suas bandeiras de luta. A nosso ver, os elementos aqui justapostos tecem um compendio do que foi – e do que está sendo – esse avanço do capital sobre o trabalho tanto na dimensão econômica quanto política.

A complexa mundialização da economia resultou na drástica redução do emprego no setor formal. Conquanto, este processo socioeconômico implicou na expansão da informalidade como “válvula de escape” dessa nova configuração. Quando pensamos as implicações dessa conjuntura para o caso brasileiro, temos de levar em consideração o panorama ressaltado por Geórgia Patrícia Guimarães dos Santos, onde:

(...) se por um lado o desemprego pode ser analisado como uma consequência inevitável da produção capitalista, que tende a substituir trabalho vivo por trabalho morto (desemprego tecnológico), por outro lado, entende-se que modelo de avanço tecnológico escolhido, poupador de força de trabalho, é um elemento basilar desse quadro caótico de desocupação, que é também fruto de decisões políticas (SANTOS, 2008, p. 155).

No que diz respeito à informalidade, ainda há uma vazia a sua conceituação. Após consultarmos várias bibliografias, podemos dizer que essa definição está mais atribuída a questões de ordem tributárias do que em se traçar um perfil detalhado dos trabalhadores informais na economia brasileira.

Feijó e Souza definem emprego informal (...) “como aquele trabalho que o indivíduo executa sem ter acesso aos direitos trabalhistas, onde não há legalização por meios de documentos, e onde são desvinculados de qualquer empresa, abrangendo o modo de trabalho mais precário em seus diversos ramos”.

Para alguns analistas o *boom* da informalidade na sociedade brasileira ocorreu paralelamente à política-econômica que idealizou e efetivou o plano real, em meados da década de 1990. Nas palavras de Santos:

De acordo com um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicado no livro *Brasil: o Estado de uma Nação* (Tafner, 2006), um dos efeitos colaterais do Plano Real foi a consolidação do mercado informal de trabalho na economia brasileira. Até 1995, a cada aumento na oferta de emprego formal correspondia uma redução do índice de trabalhadores na informalidade. Porém, a lógica mudou e a tendência mostra que a criação de novos empregos com carteira assinada não causa mais esse impacto. A informalidade passou a ser um traço característico do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo nos últimos 11 anos (SANTOS, 2008, p. 156).

Tal mudança na política econômica brasileira, consorciada com a conjuntura demarcada pela reestruturação produtiva em escala planetária, trouxe consigo – contrariando os economistas e cientistas políticos aliados ao governo da época – uma reconfiguração profunda na classe trabalhadora brasileira, o que significa dizer que foi alargado sem precedentes na história do mercado de trabalho brasileiro o quadro de trabalhadores informais. Deste modo, [...] “trata-se de uma informalidade derivada da nova dinâmica econômica” (Santos, 2008, p.154).

As crescentes contradições existentes no modo de produção capitalista levam os indivíduos a desempenhar funções que outrora não existiam. Pessoas desenvolvem atividades precárias para terem asseguradas, pelo menos, a capacidade mínima de consumo. A informalidade revide de forma direta na dinâmica geográfica e vice-versa, numa dialética de movimentos contraditórios existentes na sociedade do capital. A dialética dos movimentos contraditórios se traduz no cotidiano do mercado de trabalho informal da seguinte forma:

(...) aporte de recursos de origem doméstica, propriedade individual, operando em pequena escala, processos produtivos intensivos em trabalho, atuando em mercados competitivos e não regulados (RAMOS, 2002, p.3).

O trabalho informal é um meio de sobrevivência para a população que não tem acesso ao emprego formal; é uma forma adotada para se viver dentro da sociedade que incita a consumir de forma exacerbada. Sendo assim, comercializam o que está mais próximo do seu atual poder de compra, para atuarem numa escala de inserção comercial que muitas vezes não

extrapola os limites político-administrativos municipal e regional, com uma desregulamentação logística e financeira das mercadorias que comercializam, deixando-os extremamente frágeis perante a economia formal.

Segundo Antunes, “uma das consequências mais negativas do capitalismo para o mundo do trabalho é dada pela destruição, precarização e eliminação de postos de trabalho, resultando em desemprego estrutural explosivo” (2005, p.15). A não reposição dos postos de trabalho formal conturbou a classe trabalhadora do Brasil. Conturbar, neste caso, significa que impactou na dimensão objetiva (redução da capacidade de renda, de consumo, de mobilidade) e subjetiva (a concorrência intraclasse, a falta de corporativismo, de solidariedade, a descrença nas organizações que lhes representam).

Outro elemento com grande poder explicativo sobre a informalização e precarização do trabalho pode ser atribuída a reestruturação produtiva do trabalho, processo este que alterou drasticamente a composição orgânica do capital nestes últimos quarenta anos, isto por que:

Com o desenvolvimento da maquinaria e da produção mecanizada, o processo de trabalho é continuamente transformado pelos esforços do capital de aumentar a mais-valia. [...] No capitalismo, um aumento de produtividade implica sempre uma redução dos números de trabalhadores em relação aos meios de produção com os quais trabalha (MANDEL, 1962, p.69).

O “pacote” tecnológico inserido no processo produtivo a partir da década de 1970, aliado ao período técnico-científico-informacional, acelerou a rotação do capital (produção, circulação, consumo), flexionando a correlação de forças⁵ entre capital e trabalho. A nosso ver o cenário insurgente na década assinalada caracterizou-se por perdas irreversíveis para a classe trabalhadora nacional. Tais perdas tem sua maior evidência nos índices de desemprego que perduram durante o transcurso da década mencionada e adentraram ao novo milênio.

O novo milênio está sendo demarcado por uma profunda alteração no processo de trabalho⁶ tanto na cidade quanto no campo. Em termos estruturais, a alteração no processo de

⁵ Grosso modo, podemos definir correlação de forças pela relativa atuação política e cultural sobre a composição social, onde, por exemplo, a classe B num determinado momento pode ter maior “peso” de incidência sobre a conjuntura da sociedade do que a classe T e vice-versa.

⁶ [...] os elementos do processo de trabalho são três: primeiro, o trabalho em si, uma atividade produtiva com um objetivo; segundo, o(s) objeto(s) sobre os quais o trabalho é realizado; e terceiro, os meios que facilitam o processo de trabalho. Os objetos sobre os quais o trabalho é realizado, em geral criados por um processo de trabalho anterior, são chamados de “matérias-primas”. Os meios de trabalho incluem tanto os elementos que são condições essenciais para o funcionamento do processo de trabalho, embora com ele se relacione

trabalho se traduz no avanço das forças produtivas do trabalho a serviço do capital, aumentando a massa de trabalho morto (maquinaria, tecnologia, infraestrutura, transporte) e reduzindo drasticamente o trabalho vivo (o contingente de trabalhadores que estavam empregados).

Diante do avanço no processo produtivo do trabalho morto sobre o trabalho vivo, configura-se, deste modo, numa estagnação do preço do salário mínimo nacional. É nessa linha de raciocínio que podemos compreender a estruturação do capitalismo brasileiro entre o final do século XX e início do XXI. É nesse contexto que presenciamos o alargamento do contingente populacional que fez e faz uso de outras formas de remuneração (empregado neste setor) e obtenção de renda (comerciários), enquanto estratégia para resolver o desemprego estrutural que afeta o seu cotidiano de vida. De acordo com Ricardo Antunes:

“o trabalho informal é resultado da crise estrutural do capital, da sua lógica destrutiva vigente, bem como dos mecanismos utilizados pela reestruturação produtiva do capital, visando reduzir trabalho vivo e ampliar o trabalho morto” (ANTUNES, 2003, p.112).

O comércio informal é de fundamental importância nas cadeias de distribuição de mercadorias de variados setores formais, ou seja, é ao mesmo tempo lócus e ponto de interligação da economia formal e informal. Conquanto, uma dessas modalidades são as feiras livres, que engloba todo tipo de produtos, desde os artesanais aos industrializados.

Segundo Ana Flávia Machado:

O trabalhador que se insere em posição precária no mercado de trabalho (seja quanto ao rendimento, seja quanto às condições de trabalho) como forma de se manter ocupado e garantir um nível mínimo de renda, assim o faz por meio de uma estratégia de sobrevivência. A ideia básica por trás dessa estratégia consiste no fato de que o indivíduo observa a posição pelo critério único do rendimento. Nessa estratégia, geralmente o trabalhador arca sozinho com o próprio risco, uma vez que nenhum empregador está disposto a arriscar-se em empregá-lo. A estratégia de sobrevivência está ligada a pobreza, pois é justamente para evitar essa situação ou aliviá-la que os indivíduos ingressam no mercado de trabalho (MACHADO, 2008, p. 129).

indiretamente (canais, estradas, etc.), como os elementos através dos quais o trabalho se exerce sobre seu objeto, como as ferramentas (BOTTOMORE, 2001, p.299).

Essa estratégia está inteiramente ligada à dinâmica das economias espaciais da periferia do capitalismo, visto que a informalidade daria apoio indispensável, mas insuficiente, para a manutenção das “mazelas” históricas herdadas de um passado distante, irresolvido e irresolvível dentro da ordem burguesa, e que por fatalidade recaem sobre o cotidiano de vida para as gerações presentes.

Esses trabalhadores são expulsos do mercado de trabalho formal e, por conseguinte, a informalidade os recebe. Há facilidades na entrada nesse comércio, isto por conta da dispensa de mão de obra qualificada e de precárias condições de trabalho no setor formal.

O histórico familiar, o modo de vida que estão inseridos, a busca de autonomia, de liberdade, flexibilidade do trabalho – embora com carga horária intensa – e o controle do seu próprio negócio, também faz com que muitos indivíduos destinem-se ao setor informal. Essa modalidade também pode ser optada por trabalhadores mais velhos, que com a idade avançada, dispensados pelas indústrias em geral do mercado formal, e a baixa escolaridade, migram voluntariamente pra esse setor, dando aos mesmos o sentimento de útil e ativo na sociedade, dispensando a competitividade e a subordinação existente dentro do mercado de trabalho formal.

Traçando uma análise sobre as diferentes formas de inserir-se no mercado informal, direcionamos nossa pesquisa pra feira livre de Guarabira, analisando os meios que fizeram com que essa parte de trabalhadores migrasse para este setor.

2.1 A precarização do trabalho na feira livre de Guarabira: discussão dos dados.



Figura 01: Mapa de localização geográfica da Feira Livre de Guarabira.
Org.: Expedita Macena Andrade, 2014.

A feira-livre de Guarabira/PB é um dos estabelecimentos comerciais que comporta parcela significativa de trabalhadores informais da mesorregião do Agreste paraibano. Conquanto, isto se deve ao fato da importância econômica do município em questão tanto a nível mesorregional quanto, também, estadual. Santos (2011) ratifica nossa assertiva, ao dizer que:

[...] o senso demográfico (2010) do IBGE revela que, Guarabira tem a nona maior população do estado da Paraíba, com 55.326 habitantes a mesma irá atingir aproximadamente 60 mil pessoas até 2020; possui o nono maior Produto Interno Bruto (PIB) da Paraíba, que chega a mais de 343 milhões de reais; sétima cidade do estado com o maior número de empresas: 1093 (SANTOS apud Jornal da Paraíba, 2011).

Não seria mais cabível para explicar a concentração e centralização dessa ampla parcela de trabalhadores informais nos espaço urbano de Guarabira a não ser pela síntese quantitativa exposta na respectiva citação. Uma cidade que obedece a lógica capitalista da produção social do seu espaço produz, enquanto contraponto à riqueza inserida em seu *lócus*, contradições de grande visibilidade aos olhos dos pesquisadores nas mais variadas áreas das Ciências Sociais. A feira-livre é uma expressão “gritante” das contradições do capitalismo no espaço urbano mesorregional paraibano. Ambulantes, camelôs, carroceiros, artesãos, entre outros meios, constitui o quadro de trabalhadores informais do respectivo estabelecimento da economia informal.

Os feirantes, de modo geral, possuem origens distintas e diferentes situações que os levaram a trabalhar na feira livre. Alguns trabalham na feira e a tem como principal fonte de renda individual ou familiar, outros recebem ajuda periódica do governo, tornando a feira não necessariamente única fonte do seu sustento. Contudo em entrevistas realizadas com sessenta feirantes, vários fatos presente naquele *lócus* comercial chamou-nos atenção.

Diante disso e da necessidade de delimitar os aspectos teórico-metodológicos balizadores da nossa pesquisa (informalização e precarização) presentes naquela realidade investigada empiricamente, apresentaremos os elementos de maior relevância na análise do nosso objeto de estudo: a) grau de escolaridade; b) feirantes que já exerceram atividade com carteira de trabalho assinada; c) renda mensal dos feirantes; d) horas de trabalho por feirante; e) valor dos impostos cobrados pela Prefeitura de Guarabira aos feirantes; f) quantidade de estabelecimentos comerciais divididos a partir dos três principais produtos comercializados. Os gráficos a seguir sistematizam nosso debate empírico e teoricamente.

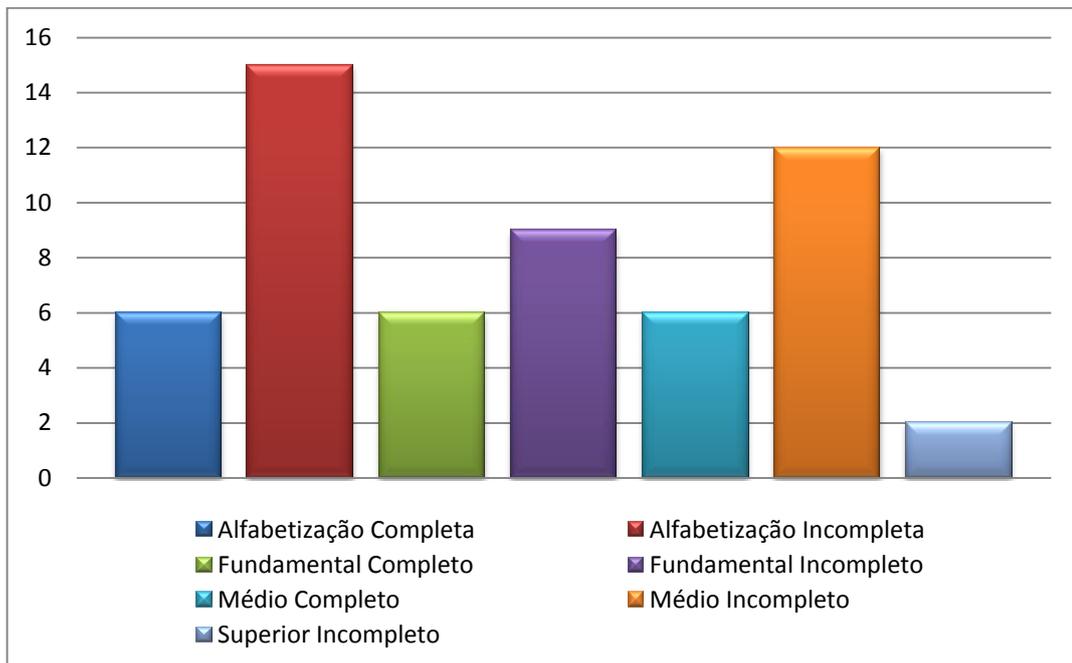


Gráfico 1: Grau de Escolaridade por Feirante
Org: Renata de Lima Pereira

Analisando a figura 1, dos sessenta entrevistados seis possuem alfabetização completa, quinze alfabetização incompleta, nove ensino fundamental incompleto, seis ensino fundamental completo, doze ensino médio incompleto, seis ensino médio completo e três ensino superior incompleto.

Os entrevistados que conseguiram se alfabetizar são os que têm entre 45 e 70 anos; relataram que sabem ler e escrever dificuldades, pois o acesso ao estudo na época era muito difícil, somando-se a isso as condições de vida extremamente precárias. Na entrevista realizada com F.L.⁷, questões candentes expostas por ele exemplificam, qualitativamente, a amostragem grau de escolaridade por feirante:

Trabalho na feira faz 49 anos, sempre vendendo o mesmo produto. Estudei 1 mês e 15 dias, ainda consigo ler uma carta e escrever outra; na minha época ninguém sabia direito nem o que era escola. Hoje dei estudo ao meu filho e ele não quis, disse que queria trabalhar logo cedo, largou a escola e foi pro “pesado”; trabalha no engenho, mas não assinou carteira não, eu disse a ele que esse povo assina carteira, depois bota pra fora e fica a carteira manchada. Mora no sítio, ele paga sindicato, e também planta inhame, macaxeira e outras coisas comigo quando dá tempo, não deixo ele assinar

⁷ Decidimos aqui preservar a identidade dos trabalhadores da feira livre de Guarabira que participaram das entrevistas realizadas em trabalho de campo, divulgando apenas as suas iniciais.

carteira não, melhor garantir a aposentadoria de agricultor. (F.L. 71 anos, agricultor e feirante).

Dando ênfase a citação acima e relatando, também, sobre a falta de oportunidade de ir pra escola, J.X. nos relatou como era difícil ter acesso ao estudo no seu período de infância:

No meu tempo os pais não deixavam estudar não, se não a gente morria de fome, os mais velhos tinham que ir trabalhar cedo pra dá de comer os mais novos. E quem era doido desobedecer os pais?! Ainda trabalhei na construção civil dois anos, mas não deu certo não, e comecei na feira, o ganho é pouco demais, minha esposa recebe bolsa escola, meus meninos trabalham comigo também, e tenho o maior orgulho deles, e sempre mandei pra escola, hoje um entrou na universidade e vai concluir trabalhando na feira. (J.X. 49 anos, agricultor e feirante).

Tanto a falta de oportunidade, quanto as condições de vida desses trabalhadores e de seus familiares, justificam o baixo grau de escolaridade dos trabalhadores inseridos na feira-livre de Guarabira.

Os entrevistados que conseguiram no máximo concluir o ensino fundamental justificam a falta de permanência na escola por precisar trabalhar pra ajudar pagar as despesas familiar e conseguir comprar, também, os itens básicos necessários pra viver, a exemplo dos produtos de subsistência cotidiana. Uma das entrevistadas nos relatou sobre as suas condições:

Não terminei nem o ensino fundamental, nem gosto de estudar. Vim pra feira logo cedo, trabalho para os outros, minha família é muito pobre, temos que nos virar, somos 6 irmãos e minha mãe trabalha como empregada doméstica, ganha menos de um salário mínimo, ela não tem como nos sustentar sozinha não. (M.B. 19 anos, feirante).

A outra entrevistada, J.X., também expôs o motivo pelo qual desistiu de estudar assim que terminou o ensino fundamental:

Terminei somente a oitava série, engravidei aos 15 anos, saí de casa e fui morar com meu marido na casa dos pais deles, pra não ficarmos parados porque tínhamos que comprar as coisas do bebê e também ajudar nas despesas da casa, viemos pra feira, começamos vender num carrinho de mão, começou a dá certo, ele vendia todos os dias passando nas ruas, aí conseguimos um banco na feira, e hoje a gente vem sempre, principalmente na quarta-feira e no sábado, são os dias que dá melhor a feira. (J.X. 18 anos, feirante).

Os entrevistados que conseguiram no máximo terminar o ensino médio tem entre vinte oito e trinta anos. Geralmente trabalham com a família, e não estão trabalhando de carteira

assinada devido à falta de oportunidade no mercado formal. Vejamos o relato de E.A.L.S., tendo em vista que ela é ilustrativa da amostragem referente a este item:

Terminei o ensino médio faz tempo, em 2003, não tive oportunidade de trabalho de carteira assinada, ta difícil demais assinar carteira, casei, meu marido já trabalhava na feira, aí venho ajudar ele, e também já trago minha filha de 7 anos, gosto da feira, mas se tivesse oportunidade de emprego largava ela, carteira assinada pelo menos garante uma aposentadoria e aqui é um sofrer sempre. (E.A.L.S. 29 anos, feirante).

J.S é um dos entrevistados que tem o ensino médio incompleto. Seus relatos servem enquanto demonstração para os demais trabalhadores da feira-livre de Guarabira e que estão justamente neste estágio escolar:

Não terminei nem o ensino médio, moro no sítio e tinha que ir pra cidade estudar, mas não tinha transporte pra ir e desisti. Trabalho na feira porque nunca consegui um emprego de carteira assinada, ta difícil demais, e como minha família já trabalhava na feira vendendo verdura, foi o que restou pra mim, venho todos os dias. Se você passar aqui vai me ver sempre no mesmo local. Faz 6 anos que exerço essa atividade, chego as 4 horas da manhã e saio as 4 horas da tarde, muito cansativo o trabalho, mas não deixa de ser divertido, fico conversando com um e com outro e o tempo vai passando, mas se eu tivesse oportunidade de assinar a carteira num pensava duas vezes, só trabalha na feira quem não possui outra alternativa de vida. (J.S, 28 anos, feirante).

Os entrevistados que trabalham na feira e ainda não concluíram o ensino superior tem entre 21 e 27 anos, um deles relatou que:

Trabalho na feira somente nos sábados passo a semana fora da cidade, faço curso de agronomia, e no sábado trabalho na feira para garantir minha permanência no curso e concluir os estudos. Minha família vem todos os dias, mas o ganho na feira é muito pouco pra manter um filho estudando em outro local, por isso resolvi colocar um banco também, pois assim com o pouco que ganho e a ajuda deles to vendo se consigo terminar o curso, mas é muito difícil. (L.S.P 25 anos, estudante e feirante).

A partir das afirmativas acima e dando continuidade a nossa pesquisa sobre a informalidade e precarização do trabalho na feira livre de Guarabira, buscamos compreender os motivos pelo qual os feirantes estão inseridos nesse setor. Perguntamos se tiveram alguma vez oportunidade de entrar no mercado formal, dos 60 entrevistados 24 disseram que tiveram emprego formal, mas não obtiveram “sucesso” nas atividades que executaram, migrando, assim, pra o que restou que foi a informalidade. Do contingente entrevistado, 36 responderam que nunca tiveram carteira assinada, sempre trabalharam na informalidade, uma das razões foi

a falta de oportunidade. Podemos ver essa questão no gráfico 2 que apresenta o item sobre os feirantes que já exerceram atividades com ou sem carteira de trabalho.

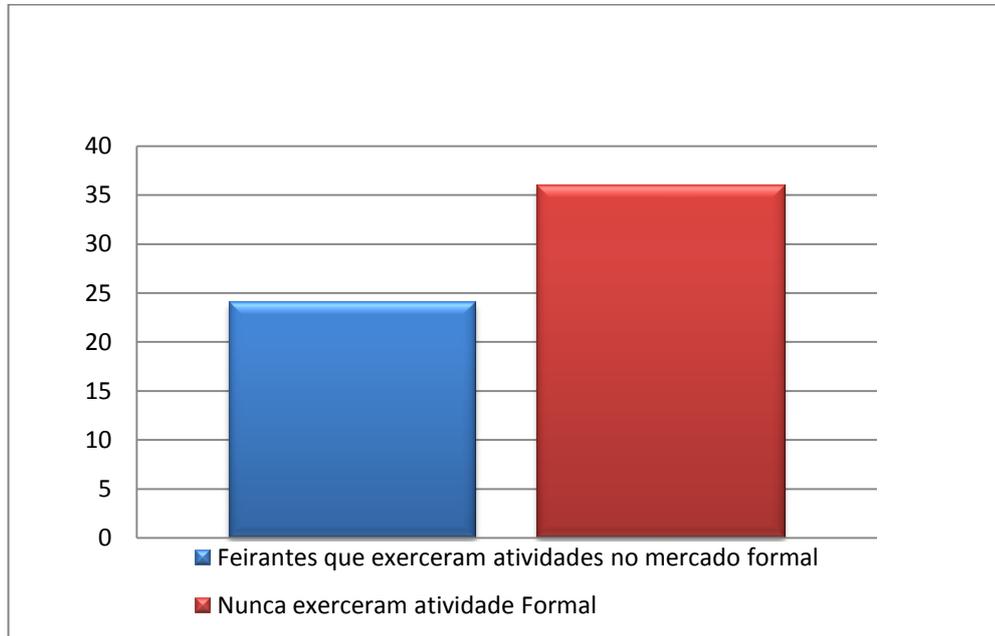


Gráfico 2: Feirantes que já Exerceram atividades com/sem Carteira assinada
Org: Renata de Lima Pereira.

As razões pela quais muitas das pessoas entrevistadas saíram do mercado formal e inseriram-se na informalidade foram diversas. Uma não obtiveram êxito nos trabalhos que desenvolviam, outras foram demitidas sem justificativa por parte do empregador e não conseguiram ingressar novamente na formalidade, ainda algumas desistiram pelo fato de o mercado formal reger normas pra permanecer inseridas, e algumas outras foram as que migraram pra trabalhar em outros estados, mas por motivos particulares regressaram para a região de origem e não tiveram oportunidade no mercado formal.

Vejamos um relato de um feirante que saiu do estado de origem e foi trabalhar na construção civil em outro estado:

Eu saí daqui da Paraíba e fui pra São Paulo, isso em 1980, passei 2 anos lá, aquilo era trabalho pra doido, lá eu morava na casa de uns primos, um quartinho pequeno, era eu e mais 4, saíamos logo cedo e voltávamos a noitinha, tomava café umas 5 horas e só ia almoçar umas duas horas da tarde, tinha um vigia lá vigiando a gente. Não podíamos nem falar direito pra não atrasar a obra. Serviço pesado, tinha dia que chegava em casa e botava pra chorar, só pedia a Deus que me desse força pra juntar um dinheirinho e voltar pra minha terra, consegui, hoje agradeço pelo que tenho e por trabalhar na feira, nunca mais São Paulo me ver. (M.M. 55 anos, feirante).

As razões pelas quais muitas pessoas nunca assinaram a carteira na maioria das vezes é a falta de oferta de emprego dentro do mercado formal; quando tem uma oferta, exige experiência, o que muitos não têm; outros não entram no mercado formal por causa das exigências que o mesmo faz, preferem a flexibilidade do mercado informal, mesmo sendo árdua a jornada; para alguns entrevistados é mais fácil trabalhar como autônomo, visto que é menos desgastante no que tange a submissão que o mercado formal lhe impõe. O próximo relato é de J.S, feirante que nunca quis se inserir num emprego formal:

Nunca trabalhei de carteira assinada não! Uma vez fui trabalhar no engenho, passei menos de 1 ano, eu fazia um monte de coisa lá, mas tinha sempre um capanga do patrão nos vigiano, qualquer coisa que a gente fazia ele ia direto no patrão, não podíamos nem conversar, nem quando estávamos almoçando tínhamo sossego, era chei de lei, hora de chegar, hora de sair, era controlada até a hora de comer, larguei lá e nunca mais quis um emprego pra assinar carteira, num quero patrão nunca mais... Passo o dia todin na feira, chego de 3 horas da manhã e saio as 4 horas da tarde, mas falo com todo mundo, num devo satisfação a seu ninguém, e no dia que eu cirmar, não venho trabalhar... no meu banco eu mando e desmando a hora que quero. (E.M.S. feirante, 42 anos).

Analisadas as diversas formas pelas quais esses feirantes ingressaram na informalidade, perguntamos com relação à renda mensal que eles chegam a atingir por mês, visto que a elemento é um ótimo marco teórico-metodológico para a presente pesquisa. Dos 60 entrevistados, 31 recebem no máximo um salário mínimo, 24 recebem de 1 a 2 salários mínimos, 6 ganham de 2 a 3 salários mínimos. Não foi encontrado entre os entrevistados nenhum que obtenha uma renda mensal de mais de 3 salários mínimos. Observemos na figura 3 a renda mensal desses trabalhadores.

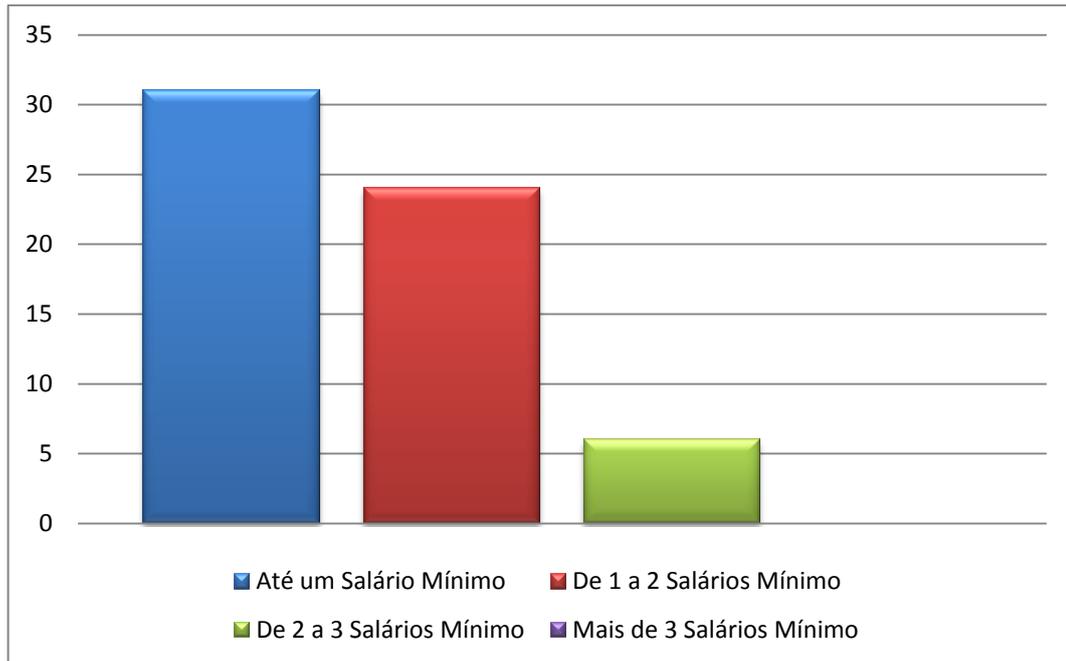


Gráfico 3: Renda Mensal do Feirante
Org: Renata de Lima Pereira

Os feirantes que disseram receber no máximo um salário mínimo, geralmente possui somente um banco na feira, banco pequeno de 2 metros, de madeira ou de ferro. Vendem verduras, inhames, macaxeiras, artesanatos, café da manhã (tapioca, café, suco, cocada), trabalhando dois dias na semana (quartas e sábados), visto que a feira possui um fluxo maior de pessoas nesses dias. Os feirantes com essa faixa de renda mensal produzem o que vendem nos seus estabelecimentos comerciais. Vejamos o que nos disse M.A.S.:

Trabalho na feira desde pequena, vinha com minha vó vender tapioca, café, cocada, suco, todos esses produtos que você está vendo aí no banco, depois eu mesma aprendi a fazer com ela, foi tempo que ela adoeceu, aí continuei vindo só, ela ainda veio algumas vezes mesmo doente, mas não pôde mais vim a feira, aí continuei com o banco mesmo. Já tenho uma freguesia que era dela, pensei em desistir, mas o povo da feira que era amigo dela e me conhecia me incentivaram a continuar e sempre to aqui, gosto de vim, trabalho somente na parte da manhã. (M.A.S. 38 anos, feirante).

Os feirantes que ganham entre um e dois salários mínimos possuem um banco maior, de 3 a 5 metros. Neles, vendem verduras, roupas, calçados e adquirem tais produtos por um atravessador. A feirante C.M.B diz:

Venho dois dias na semana, quartas e sábados, trabalho de 4 horas da manhã as 4 horas da tarde, vendo verduras, adquiro a mercadoria em Campina Grande, faz 15 anos que trabalho aqui, gosto da feira, aqui me distraio, riu muito, me estresso, mas é bom, um dos problemas é quando chove, fica

alagada a feira, e perdemos sempre uma parte da mercadoria, a chuva leva, as vezes se estraga mesmo e assim vamos, o sol também nessa época é muito quente, aí as vezes a gente adocece, semana passada mesmo, fui parar no hospital, o médico disse que eu tava desidratada. (C.M.B 58 anos, feirante).

Os trabalhadores da feira livre que ganham entre 2 e 3 salários mínimos geralmente trabalham todos os dias, tem uma carga horária acima de 12 horas nos dias de maior fluxo de compra e venda de mercadorias (quartas e sábados), moram em locais próximos, na mesma cidade da feira, ou nas cidades circunvizinhas. Estes, também, na maioria dos casos só tem a feira como fonte de renda. Dona E. A. L. S. diz:

Trabalho todos os dias no mesmo local, nas quartas e sábados trabalho das 2 horas da manhã às 4 horas da tarde, chego em casa acabada, sem coragem pra nada, já nos dias de semana com menos movimento, venho as 4 horas da manhã e saio no máximo de 3:30 da tarde, minha filha vem comigo todos os dias, mas de 12 horas peço pra vizinha passar aqui, ela vai pra casa, toma banho e vai pra escola, quando volta já estou em casa, a vida de feirante é difícil, digo todos os dias a minha menina, pra ela procurar estudar, fazer uma universidade e não ficar nesse pelejo. (E.A.L.S. 29 anos, Feirante).

Analisando os que ganham entre dois e três salários mínimos, podemos averiguar que os bancos têm seis metros ou mais, empregam outras pessoas, vão vender seus produtos todos os dias da semana, e tem uma carga horária de 12 horas. A feirante R. S. diz:

Vendo verdura faz muito tempo, trabalho com meu marido, 2 filhos e mais 2 pessoas que chamei pra trabalhar aqui. O movimento é bom, temos uma freguesia boa, nos dias de mais movimentos é uma correria grande, num dá tempo nem tomar café direito. Ganhamos bem, chega a ser uns 2 mil reais por mês, mas o lucro é pouco demais, mesmo assim não deixamos a feira, vimos todos os dias, de 3:30 da manhã, voltamos pra casa lá pras 4:30 ou 5 horas. (R.S. 57 anos, feirante).

Das 60 pessoas entrevistadas, nenhuma disse ganhar mais de três salários mínimos. Muitos deles chegaram a dizer que o fluxo de pessoas que compram na feira está diminuindo, principalmente no que diz respeito a roupas e calçados, visto a facilidade que estes possuem de comprar em lojas com o cartão de crédito aumentou muito.

O gráfico 4 representa a jornada de trabalho dos feirantes, questão de grande importância teórico-metodológica para enriquecer o debate sobre o nosso objeto de estudo.

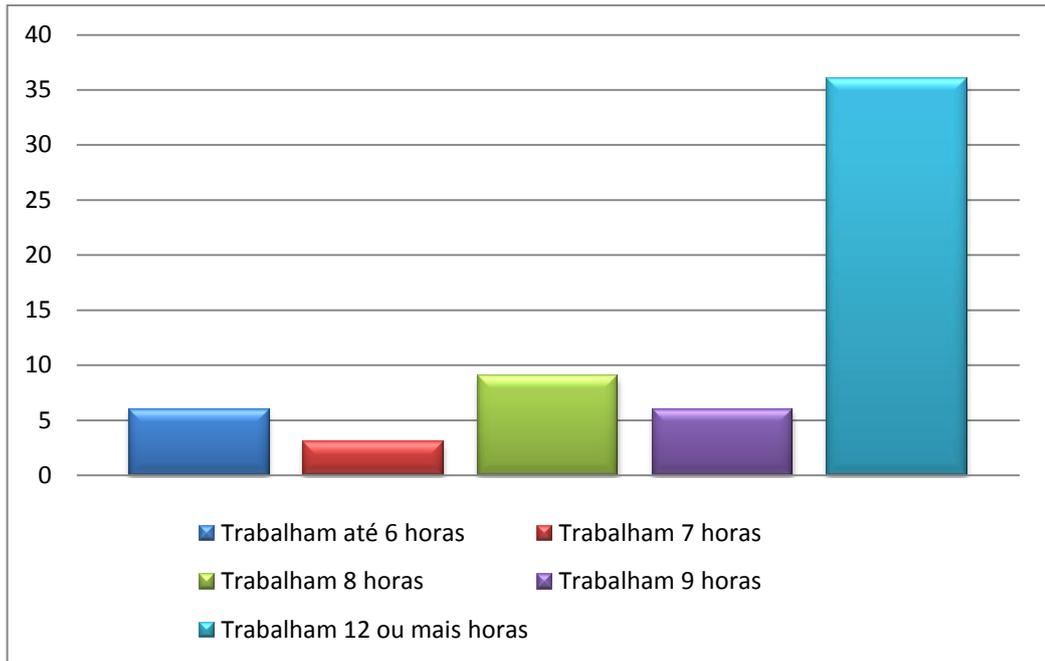


Gráfico 4: Horas de Trabalho por Feirante
Org: Renata de Lima pereira.

Detalhando o respectivo gráfico, seis pessoas afirmaram trabalhar 6 horas por dia, três trabalham 7 horas, nove tem uma jornada de trabalho de 8 horas por dia, seis trabalham 9 horas diárias e trinta e seis trabalham 12 horas ou mais diariamente.

Os feirantes que trabalham 6 horas por dia, chegam na feira por volta das 6 horas da manhã e voltam pra casa de meio dia, geralmente são os que vendem café da manhã, enfeites de cabelo, brinquedos e possuem um banco pequeno, trabalham pra complementar a renda de casa, como podemos ver na figura a seguir:



Fotografia 01: Banco de bens não duráveis na feira livre de Guarabira.
Fonte: Arquivo pessoal do autor (2013).

Os feirantes que trabalham entre 7 e 9 horas por dia são os que ganham entre 1 e 2 salários mínimos. Geralmente a feira é o único meio que possuem pra obter a renda mensal; moram em casa própria, na maioria das vezes a casa foi de herança familiar, ou receberam algum tipo de ajuda por parte da família ou prefeitura pra terminar de fazê-la.

Os feirantes que tem jornada de trabalho 12 horas ou mais na feira são os que têm como único meio de renda mensal este tipo de atividade econômico-comercial. Dando mais especificidade aos seus comércios, podemos dizer que uns possuem bancos pequenos, outros bancos grandes. Alegaram, ainda, que empregam pessoas por contrato verbal para trabalharem nos seus estabelecimentos.

O próximo gráfico nos mostra em porcentagem a quantidade de imposto pago pelos feirantes de acordo com o tamanho do banco.

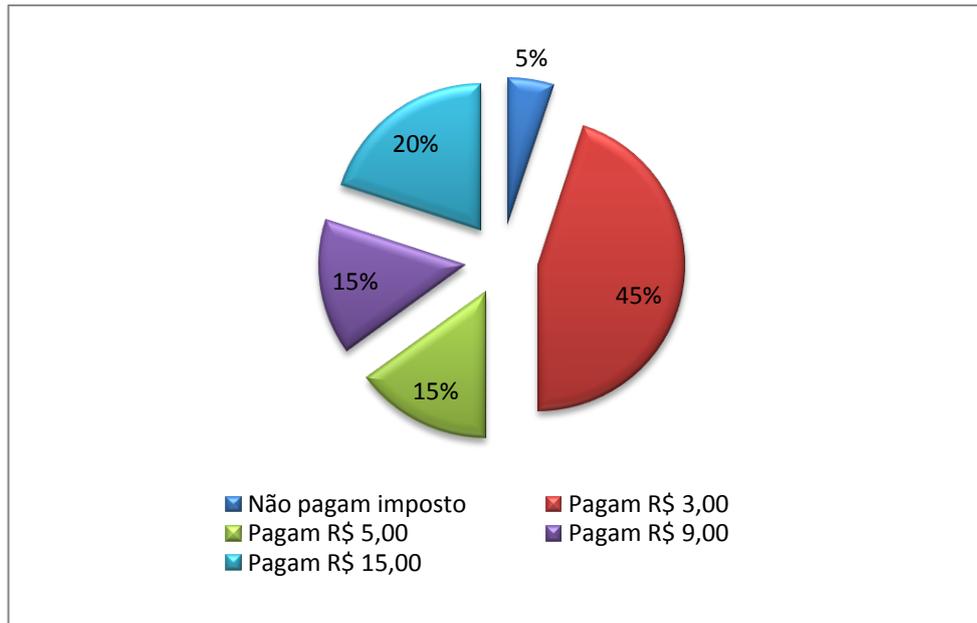


Gráfico 5: Imposto cobrado pela prefeitura aos feirantes por tamanho do banco.
Org: Renata de Lima Pereira.

O gráfico por si mesmo expõe uma desproporcionalidade quantitativa gritante, tal qual é expressa da seguinte forma: 5% dos entrevistados não pagam impostos, 45% disseram pagar 3 reais, 15% pagam 5 reais, 15% disseram que pagam 9 reais, 20% pagam 15 reais. Esses impostos são pagos de acordo com o tamanho do banco que são medidos de dois e dois metros. A prefeitura no ano de 2013 resolveu cadastrar esses feirantes, vistos que os mesmos não possuíam registro e eles não tinham o controle da quantidade de imposto pago por esses feirantes. Ficando claro aqui que é apenas para controle dos impostos que a prefeitura recebe, pois eles pagam ao fiscal da feira que recebe o dinheiro e repassa a prefeitura, mas não tem garantia de trabalho por parte da prefeitura e nem de previdência social.

Nas entrevistas feitas constatamos que os feirantes que responderam não pagar imposto são os que não possuem um ponto fixo, os denominados de ambulantes, que em cada feira vende seus produtos em um local diferente, ficando assim sem registro no cadastro realizado pela prefeitura, a exemplo de D. M. S. que é marceneiro e vende seus produtos na feira de Guarabira nos sábados:

Sou vendedor aqui na feira de Guarabira a mais de 55 anos, vim trabalhar na feira porque só tinha duas opções, ou trabalhar na roça, ou trabalhar na feira, como eu já sabia mexer um pouco com essas coisas de madeira, resolvi eu mesmo fazer meus produtos, faço e vendo mesa, cadeira, esses banquinhos aí que você tá vendo, baú, o que você quiser feito de madeira eu faço. Ganho pouco, mas gosto muito da feira, venho somente nos sábados, de segunda a sexta trabalho em casa mesmo fazendo essas coisas, tenho muita gente

conhecida e elas indicam minha casa e sempre vai gente lá comprar essas coisas. Compro a madeira no Armazém aqui mesmo em Guarabira, antes de vim pra feira trabalhava de carpinteiro, morava era em Recife, como minha família é toda daqui e a da minha esposa também, fui pra lá mais não demorei muito tempo não, ela não queria morar lá, e hoje me sinto realizado. (D.M.S. Marceneiro, feirante, 78 anos).

Outra fala que vamos destacar aqui entre os ambulantes que não pagam impostos é a de D. R. B. que vende doces caseiros e fica andando na feira entre os consumidores oferecendo seus produtos feitos artesanalmente, com participação de sua esposa.

Sou feirante faz um tempão, já vai mais de 30 anos nessa profissão, venho pra feira direto, eu mesmo com minha esposa que fazemos esses doces aí, tem doce de tudo que você quiser, tem de mamão, batata, caju, americano, mas é muita coisa mesmo. Faço todo dia, em casa vendo também, já tenho até uma freguesia que eu entrego nas casas de 15 em 15 dias, mas se você me perguntar se eu gosto de comer essas coisas vou dizer que não, já enjoiei, raramente como. Fico na feira pra cima e pra baixo, subo e desço direto isso aqui, entro no mercado, saio, e assim vou fazendo a propaganda, você sabe que aqui vende mais quem tem mais conversa e sabe agradar o consumidor, faço um monte de propaganda e digo que quem faz sou eu junto com a minha família pra ganhar a confiança do consumidor, trago até separado aqui um pouquinho de cada doce e faço eles experimentarem sem compromisso, se gostarem leva, e geralmente quem prova aprova e compra (D. R. B. feirante, 52 anos).

Os feirantes que pagam 3 reais de imposto, são os que possuem um banco com tamanho máximo de 2 metros. Geralmente esses bancos são de madeira, coberto por uma lona preta, amarela ou azul, forrados por plásticos ou toalhas de mesa. Dentre os produtos comercializados encontramos macaxeira, inhame, feijão verde, mangaios e também carnes e galinhas abatidas, esses com um aspecto meio amarelado pelo tempo que ficam expostos ao sol sem os devidos cuidados higiênicos, ficando notável aos olhos dos consumidores.

Quando perguntada sobre a questão de higiene da feira e se consome os produtos da mesma, a feirante E. M. B respondeu:

Trabalho aqui faz um tempão, vendo esses produtos aí, vou buscar até no Ceará alguns, é cansativo aqui, mas eu gosto, deixo meu banco todo limpinho pra ninguém falar de sujeira daqui, tenho muita raiva dessa água que passa aqui do lado, é direto assim, não tem jeito. Compro sim produtos na feira, compro inhame, macaxeira, milho, feijão verde, verduras e outras coisas que vou vendo, seu eu gostar, levo pra casa, só não compro carne, nem galinha, nem peixe, nada de mistura, olhe pra aquele banco ali, veja se tem condições de higiene? Ele (feirante vizinho ao seu estabelecimento comercial) todo sujo de sangue, passa a mão em todo canto, não usa luva,

passa o dia todo ali todo suado, a carne pendurada, cada um que chega cheira a carne, aperta pra saber se é mole ou dura, Deus me livre comprar, isso eu não compro aqui não, prefiro no frigorífico, pelo menos não vejo essas coisas (E.M.B, feirante, 38 anos).

Quando questionamos R.G.S sobre os produtos que vende (Galinha abatida e carne) e quais as medidas de higiene tomadas perante seu estabelecimento comercial, percebemos que a sua entrevista se contrapõe a colocação de E. M. B:

Vendo galinha e carne tem mais de 15 anos, aqui é bom demais, o lucro é pouco, mas eu vendo bastante, e como você tá vendo é tudo limpinho e a carne é de primeira, pegue nessa daqui! Veja! Tenha medo não, eu uso esse avental, tenho aquele paninho ali que limpo a faca, esse outro pra limpar a mão, é tudo bem tratado, as galinhas vem dentro daquele tambor ali coberto, coloco aqui em cima do banco que é coberto por esse plástico; a carne eu penduro nesses ganchos de ferro que é pra o freguês ver e saber o que tá comprando, tem besteira nem frescura com a gente não (R. G. S. feirante, 32 anos).

Os feirantes que pagam entre 5 e 9 reais de impostos, possuem um banco de tamanho médio, geralmente trabalham com a família, principalmente nas quartas e nos sábados, dias que o movimento é maior. Nos dias que a feira possui menor movimento, diminuem o tamanho dos bancos e a quantidade de mercadorias que levam para vender.

Os trabalhadores da feira livre que pagam 15 reais de impostos são aqueles que com o passar dos anos foram ampliando seu território e hoje possui um banco extenso, não dando conta do seu negócio sozinho, necessitando empregar outras pessoas para que lhe ajudem nas vendas de suas mercadorias. As pessoas são contratadas verbalmente, fechando um acordo com o feirante patrão, negociando os dias que trabalham e quanto vão ganhar. Geralmente são pagas por semana; no contrato não se tem horário certo de sair, chegam na hora que o feirante (neste caso ele é o empregador) chega na feira pra organizar suas mercadorias e saem no final da mesma, quando termina de guardar os produtos restantes.

Esses feirantes que pagam 15 reais de impostos possuem a feira como único meio de sobrevivência, trabalham todos os dias e tem uma carga horária intensa. Trabalham no mínimo 12 horas por dia, geralmente vendem frutas e verduras. Vejamos na entrevista feita o que nos disse seu M. M. M, que possui um banco de 8 metros e que comercializa verduras na feira em questão:

Vendo verdura possui muitos anos, comecei numa carroça, eu era pequeno ainda, meu pai que me mandava vim, dizia que era pra eu não me criar

vagabundo, trazia as verduras do sítio do meu avô, depois fui crescendo, coloquei um banquinho pequeno, do tamanho daquele ali que você ta vendo cheio de macaxeira, mais ou menos um metro e meio, aí o povo ia me comprando, comprando, aí cresci o banco... Me ensinaram onde vendia verduras em Campina Grande mais em conta pra trazer pra feira e eu comecei a comprar lá... e até hoje vendo... meu banco possui hoje 8 metros, trabalho com esses meninos que você ta vendo aí, eles me ajudam muito, chegam igual comigo na feira e vamos embora na mesma hora também... venho todos os dias, e eles também... quando a feira dá ruim, aí fico meio assim, mas é assim mesmo, um dia é da caça, outro do caçador, o sol quente faz estragar também uma parte de verduras e assim vou vivendo (M. M. M. 69 anos).

As reclamações mais frequentes entre os feirantes em questão são com relação aos dias chuvosos, visto que em 15 minutos de chuva a feira alaga, ficando difícil o acesso para os consumidores. Os que vendem verduras e frutas têm um prejuízo maior, tanto com relação à venda nesses dias, quanto com relação às mercadorias comercializadas, pois uma parte de seus produtos ou vão embora na chuva ou apodrecem. Os que vendem mangaios (produtos feitos a coro) falam que em dias chuvosos ficam com um odor forte, e muitos consumidores não gostam de passar em meios a esses produtos, fazendo com que a venda diminua.

O próximo gráfico foi baseado no cadastro dos feirantes feito pela prefeitura do município de Guarabira. Através desse cadastro, lastrearemos os principais produtos comercializados. No momento que tivemos acesso a esse cadastro, tinham sido registrados 1207 bancos. Dividimos as informações em três tipos de produtos, bens alimentícios (frutas, verduras, raízes dentre outros) e eletroeletrônicos como Cd's, Dvd's, sons, Mp4 e outros, e por últimos bens não duráveis tipo: roupas, sapatos, mangaios e etc., de acordo com o procedimento de pesquisa utilizado por nós, o qual já fizemos alusão no início do parágrafo.

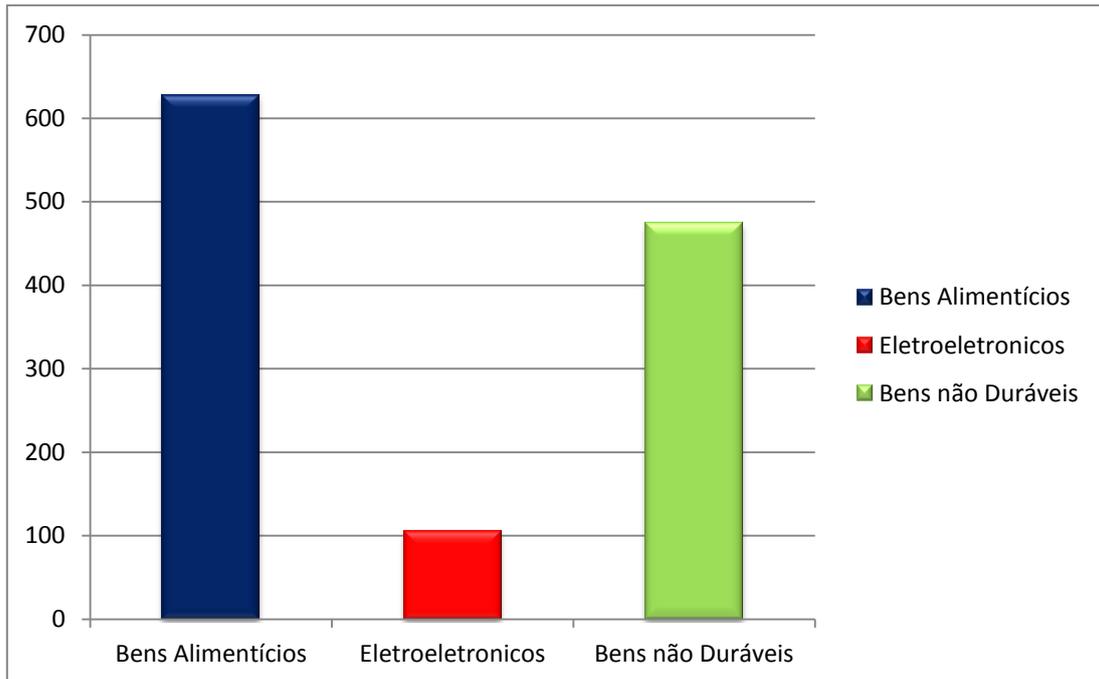


Gráfico 6: A Quantidade de bancos divididos em três tipos de produtos comercializados na feira de Guarabira.

Org: Renata de Lima Pereira.

A divisão dos produtos comercializados de acordo com o nosso critério (base cadastral da prefeitura) indicou que dos 1207 feirantes, 628 comercializam bens alimentícios, 105 eletroeletrônicos, 427 bens não duráveis. Os produtos alimentícios mais comercializados que encontramos registrados foram verduras, frutas, carnes, aves e peixes, esses são encontrados com frequência tanto nas ruas que a feira livre ocupa quanto dentro do mercado público guarabirense. Com relação aos eletroeletrônicos, encontramos vários locais que vendem Cd's, Dvd's, brinquedos movidos à bateria e pilhas, e pen drives. Dentro dos produtos de bens não duráveis, os encontrados com mais frequência são mangaios, roupas e sapatos como podemos ver na fotografia 02.



Fotografia 02: Produtos comercializados na feira-livre de Guarabira.
Fonte: Arquivo pessoal do autor (2013).

Desempregados e diante dos limites estabelecidos pelo capital, os trabalhadores da feira-livre se veem desafiados para manter-se inseridos dentro de tais limites. Sem ter acesso ao emprego formal, esses trabalhadores discutidos nessa pesquisa desenvolvem novas formas de trabalho para sua inserção social. O contingente averiguado no trabalho de campo vive no mundo da informalidade e de forma autônoma, em empregos desde o menos desgastante até o meramente precarizado e extenuante fisicamente. Segundo Isabel Borsoi:

Mesmo a existência de vínculos formais não tem sido suficiente para protegê-los da condição de excessiva precariedade, em determinados setores ou atividades. Isso porque a formação e a qualificação exigidas nem sempre é realmente necessária à realização de atividades para as quais são contratados. E quando são, frequentemente isso não tem propiciado a preservação de uma condição laboral não-precarizada. A existência de uma imensa força de trabalho sobrando permite esse descompasso (BORSOI, 2011, p.124).

Pochmann (2009) relata sobre a falta de emprego no Brasil, tecendo um diálogo com a citação supracitada:

O Brasil vive atualmente a mais grave crise do emprego de sua história. Nem a transição do trabalho escravo para o assalariamento, ao final do século XIX, nem a depressão econômica de 1929, nem mesmo as graves recessões nas atividades produtivas nos períodos 1981-1983 e 1990-1992 foram capazes de proporcionar tão expressiva quantidade de desempregados e

generalizada transformação na absorção de mão-de-obra nacional quanto a que pode ser identificada nos dias atuais. (POCHMANN, 2009, p.59).

Tendo o objeto de pesquisa como comprovação da alusão de Pochmann (2009), podemos dizer que a informalidade e a exclusão social estão sendo alargados diariamente na sociedade capitalista. As pessoas tendem a desenvolver atividades precárias para permanecerem inseridas no sistema capitalista. A precarização do trabalho na feira-livre de Guarabira é definida dessa forma porque não existe regulação jurídica dos contratos de trabalho, nem muito menos direitos trabalhistas mais clássicos, tais como férias, carteira de trabalho e INSS. Deste modo, promove-se uma massa de trabalhadores com mão de obra desqualificada e barata a trabalhar em diversas áreas, desde o vendedor nos mais diversificados ramos até o empurrador de carrinho de mão, com uma intensificada jornada de trabalho e com grandes riscos de acidentes, como podemos perceber na fotografia 03.



Fotografia 03: Criança empurrando carrinho de mão na feira-livre de Guarabira.
Fonte: Arquivo pessoal do autor (2014).

Ser camelô, ambulante, dentre outros trabalhos exercidos na feira-livre, é estar à margem do mercado formal de trabalho, pois não gozam de direitos trabalhistas, nem possuem uma renda fixa. Ficando cada vez mais comum esse tipo de atividade desenvolvida pela classe trabalhadora, eles buscam cada vez mais inovar nesse setor, comercializando todo tipo de mercadoria, como podemos ver na fotografia 04.



Fotografia 04: Feirantes comercializando na feira-livre de Guarabira/PB.
Fonte: Arquivo pessoal do autor (2014).

A feira-livre de Guarabira possui um grande fluxo de pessoas, tendo em vista que abrange e supre as necessidades da população local e das cidades vizinhas; por outro lado, possui um baixo nível de organização, visível aos que nela compra e vende seus produtos. Na feira citada não há horário fixo de trabalho, pois varia de acordo com o fluxo de pessoas, onde o trabalhador na maioria das vezes extrapola o tempo de jornada estabelecida pela legislação trabalhista a fim de aumentar a renda com a atividade que está exercendo.



Fotografia 05: Momento de pico na feira livre de Guarabira/PB.
Fonte: Arquivo Pessoal do autor (2014).

A necessidade de obter renda para o sustento familiar mediante a manutenção do seu comércio faz com que o trabalhador não fique restrito ao seu território, levando muitos deles a ampliarem cada vez mais o seu ponto comercial, fazendo, assim, a monopolização do espaço, o que é altamente perceptível na feira trabalhada.



Fotografia 06: Monopolização do espaço na feira-livre de Guarabira/PB
Fonte: Arquivo Pessoal do autor (2014).

A fotografia acima, nos mostra a monopolização do espaço dentro da feira livre de Guarabira e a ampliação do território do feirante visualizada pelo tamanho do espaço que o banco ocupa. Território esse muitas vezes conseguido por conflitos dentro da própria classe trabalhadora feirante.

O território concebido através das relações de poder existente no espaço estabelece regras explícitas aos que dele se apropriam. Segundo Saquet (2007):

Autonomia não significa auto-suficiência, não implica fechamento com relação ao exterior, mas a capacidade de autogoverno das relações de territorialidade, internas e externas, de autoprojção de um desenvolvimento centrado nessas relações. Em síntese: o difícil equilíbrio entre justiça e liberdade requer, também, uma capacidade autônoma de desenvolvimento dos territórios, obtida através de processos que são, ao mesmo tempo, conflituais, cooperativos e competitivos. (SAQUET, 2007, p.9).

Trata-se de conflitos dentro da classe trabalhadora, que para aprimorar o seu meio de reprodução de vida material monopoliza o espaço local. A partir disso, podemos perceber na feira estudada a concretização da monopolização espacial e a precarização do trabalho, onde, por exemplo, uma pessoa emprega outras por contrato verbal, sem registros, longe de cumprirem a legislação trabalhista, causando, dessa forma, uma reprodução das relações sociais de exploração da mesma.

A informalidade aqui analisada ocorre, de fato, pela necessidade da reprodução do capital nas suas mais variadas escalas, a qual faz uso das mais diversas formas de trabalho precário e degradante como subsídios para “nutrir” o sistema na sua escala internacional. Este panorama é claramente compreendido na feira-livre de Guarabira, e pode ser representado na figura 7.



Fotografia 07: Feira-livre de Guarabira.
Fonte: Arquivo Pessoal do autor (2014).

A feira-livre exprime os mais diversos tipos de trabalho meramente precarizado e abrange múltiplos tipos de comércio, com a intenção de suprir as necessidades dos municípios de Guarabira e dos municípios circunvizinhos, como, por exemplo, Araçagi, Cuitegi, Pilõezinhos, Pirpirituba. De acordo com Borsoi:

No fim, a precariedade do trabalho pode ser considerada uma condição para a existência do capitalismo, e portanto, é uma de suas características ontológicas. Então, o que temos hoje, é por esse ponto de vista, um momento de refinamento da capacidade de exploração e dos modos de expressão dessa condição. Assim, a precarização laboral, da que tanto se fala, pode ser entendida como um processo que vem minando as “ilhas” que protegiam o que sempre foi precário no mundo capitalista do trabalho (BORSOI, 2011, p.130).

Diante desses fatos averiguados no ambiente de pesquisa fica evidente que muitas vezes à intensa jornada de trabalho a que os feirantes estão expostos acarreta fadiga, irritabilidade e nervosismo, características comuns em grande parte dos feirantes, e que revelam o sofrimento de trabalhadores cujo corpo fragilizou-se pela intensificada carga horária – de 4 às 17 horas. As condições higiênicas como, por exemplo, presença de odores muito fortes, esgotos a céu aberto afetam a curto, médio e longo prazo as condições de saúde dos trabalhadores dos respectivos estabelecimentos publico comercial.

Um das formas de precarização contidas no espaço dos feirantes são às más condições de trabalho, visto que o local é impróprio para aqueles que deles se apropriam para

comercializarem seus produtos, e à deterioração das relações laborais, pois eles obtêm um forte controle sobre uma força de trabalho enfraquecida, ficando cada vez mais difícil o ingresso ou reingresso no mercado formal, perdendo cada vez mais poder e espaço no que tange as leis trabalhistas.

O desemprego estrutural é uma das principais ferramentas que conduz para o crescimento da informalidade, pois há a redução de empregos, de um lado, e o alargamento do emprego informal, por outro. As pessoas continuam desenvolvendo atividades precárias para obtenção de renda, sem vínculo empregatício, trabalhando por conta própria, o que é notório na feira em questão, seja como ambulante (aqui denominamos estes como aqueles que não têm ponto fixo para comercializar seus produtos), seja como camelô (aquele que tem seu ponto fixo, sua barraca ou seu banco). Diante do sintomático tipo de desemprego destacado por nós, cabe fazer menção sobre sua definição conceitual:

Desemprego Estrutural ou tecnológico: como indica o nome é a própria estrutura econômica que passar a ser desempregadora sem perspectiva de voltar a ser empregadora. Trata-se não propriamente de perda, mas da extinção dos postos de trabalho, reflexo da queda da própria economia. Resulta do aprimoramento do processo produtivo através de novas formas de organização de trabalho e da aplicação de novas tecnologias. Este tipo de desemprego vem sendo provocado então, pela modernização de máquinas e equipamentos, que melhoram significativamente a produtividade, causando a redução da mão-de-obra. A crescente concorrência internacional tem obrigado as empresas a cortar custos com o objetivo de obter preços menores e qualidade alta para os seus produtos. Nessa reestruturação, estão sendo eliminados vários postos de trabalho, tendência que é chamada de desemprego estrutural ou tecnológico (MARTINS, 2006, p.35).

A definição do que seja desemprego estrutural trás a “luz” a explicação mais inteligível dos processos socioeconômicos mais profundos que perpassam a configuração atual da feira-livre de Guarabira – PB, isto por que é cada vez mais evidente que este tipo de emprego vem tendo um impacto avassalador sobre as condições do mercado de trabalho do Brasil, que, por consequência, rebate sobre o mercado de trabalho em escala mesorregional a nível do estado da Paraíba: Agreste. Das principais decorrências desse processo podemos apontar como o mais contundente a informalidade do trabalho.

Deste modo, o problema é o jeito como temos lidado e enfrentado esse fenômeno denominado informalidade, pois muitas vezes ele tem levado a desconsiderar que o trabalho precário desenvolvido pela classe de trabalhadores existentes e suas consequências são uma marca essencial proposta e executada pelo capitalismo, e não apenas uma fase, ou característica de seu momento atual, isto porque:

(...) a informalidade já se fazia presente no Brasil antes dos anos de 1990. Segundo Noronha (2001), a abordagem denominada de velha informalidade classificava frequentemente o trabalho informal, do período de 1960/1970, como subemprego. Buscava explicar o mercado de uma economia em transição, que começava a gerar uma massa de desempregados, os quais rapidamente se aglomeravam nas cidades industrializadas, recém vindos do campo. Já a nova informalidade resultaria, conforme Noronha (2001), das mudanças nos processos de trabalho, das novas concepções gerenciais e organizacionais e dos novos tipos de trabalho, os quais não exigem tempo nem locais fixos. Ou seja, trata-se de uma informalidade derivada da nova dinâmica econômica (SANTOS, 2008, p. 156-158).

Os trabalhadores da feira-livre de Guarabira compõe uma parcela do quadro empregatício informal do estado da Paraíba, isto no que tange ao âmbito comercial. A caracterização mais substancial do quadro de trabalhadores informais do município em questão pode ser evidenciada na colocação de Ricardo Antunes:

A forma de inserção no trabalho informal é extremamente precária e se caracteriza por uma renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, FGTS, auxílio-doença, licença-maternidade; se ficarem doentes são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda. (ANTUNES, 2011, p. 409).

Os trabalhadores da presente pesquisa prosseguem partilhando com os do passado as experiências de excessiva exploração, o sentimento de exaustão e de carência de gratificação e sentido intrínseco do próprio trabalho, a veracidade de que não trabalham para viver, mas sim, vivem para trabalhar.

3 CONDIÇÕES DE TRABALHO NA FEIRA-LIVRE DE GUARABIRA/PB.

A feira livre se estabelece enquanto um importante espaço de relações comerciais. Porém, diversos estudos realizados explanam, como resultado de pesquisa, inadequadas condições de higiene nestes locais, coligadas as estruturas físicas precárias. É um espaço polissêmico em que histórias e vidas se interlaçam, coexistem e degustam um cotidiano de diversidade, onde circulam feirantes, ambulantes, camelôs, consumidores, transeuntes de qualquer idade e classe social como crianças, idosos, pedintes, mendigos e turistas que junto com alguns animais dividem o mesmo espaço. A feira livre também figura como espaço de

socialização, fortalecendo e criando laços entre trabalhadores e consumidores. A feira é livre e assim se sentem os camelôs e ambulantes, livres também.

Conversas, sons, músicas, se embaralham num som confuso, mergulhadas entre odores e maus cheiros de restos de alimentos, carnes, peixes, cigarros e fumos espalhados pelo chão e pelo ar, em meio à ilusória desordem das barracas e bancos, oferecendo a centenas de olhares uma exibição de artigos e produtos dos mais coloridos, distintos e vindos de diferentes ambientes, desenvolvendo assim o processo de comercialização.

No entanto a feira livre segue distante dos processos de higiene exigido pelo mercado moderno, ligada às adversidades da estrutura física muito precária, e a pouca noção dos feirantes com relação às adequadas práticas de comercialização e manipulação dos alimentos. Essa falta de conhecimento pode representar grandes riscos à saúde pública pela circulação de doenças transmitidas através de alimentos e pelos ambientes contaminados pela presença de sujeiras, lixos e saneamento precário ou inexistente.

A precarização deste setor é visível ao longo da feira. Autônomos trabalham sem condições mínimas de estarem nesse local, falta infraestrutura, vigilância sanitária e fiscalização por parte do Ministério Público Federal do Trabalho (MPFT), tornando um “caos” a feira e colocando em risco a saúde pública, pois os alimentos ficam expostos a todos os tipos de contaminação, como podemos ver na fotografia 8.



Fotografia 08: Alimentos expostos a todos os tipos de contaminação na feira-livre de Guarabira.

Fonte: Arquivo Pessoal do autor (2014).

Caracterizado como comércio anti-higiênico, ultrapassado e incompatível com as novas requisições do mercado contemporâneo, a feira segue apática ao procedimento de modernização e de globalização, figura como foco de resistência de memórias locais. Os resíduos sólidos produzidos pela mesma, quase nunca chegam ao seu destino final correto. Assim podemos dizer que a feira é o extraordinário encontro da “bagunça” com a criatividade. Uma vez que as feiras são desprovidas de infraestrutura, desrespeitam a legislação sanitária e faltam políticas públicas que considerem as feiras como um espaço social e fonte de desenvolvimento econômico. Deste modo:

No âmbito da ANVISA⁸, a regulação é uma função mediadora entre os interesses da saúde e os interesses econômicos; ou seja, a vigilância sanitária constitui uma instância social de mediação entre a produção de bens e serviços e a saúde da população. Compete-lhe avaliar riscos e executar um conjunto de ações para prevenir, minimizar e eliminar riscos à saúde, bem como estabelecer regulamentos técnico-sanitários e fazer cumprir estes e as normas jurídicas, que fixam as regras para os comportamentos relacionados com os objetos sob vigilância sanitária. Por isso as ações são de competência exclusiva do Estado que deve atuar em prol da preservação dos interesses sanitários da coletividade, de modo a proteger a saúde da população, dos consumidores, do ambiente (COSTA, 2009, p.15-16).

Um dos grandes problemas enfrentados hoje pelas cidades são os resíduos sólidos, estes têm sido altamente avaliados nos últimos anos, em busca de solução para seu desfecho. São resíduos produzidos diariamente e em grande proporção por parte de todos os setores da sociedade como as empresas, indústrias, comércios, residências, merecendo destaque a feira livre em estudo.

A inexistência de um planejamento adequado no gerenciamento dos resíduos sólidos coligado a falta de verba e de conhecimento e informação, provoca sérios riscos a sociedade e ao meio ambiente. Segundo Oliveira, Mazzarino e Turatti (2009):

Os resíduos sólidos constituem uma preocupação ambiental mundial, especialmente em centros urbanos. Os resíduos, quando coletados e tratados inadequadamente, provocam efeitos diretos e indiretos na saúde da população e contribuem para degradação do ambiente. Isto porque os resíduos são materiais e substâncias que, depois de utilizados, se não tiverem destinação adequada, podem por em risco as atividades que venham a ser desenvolvidas onde foram dispensados.

⁸ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

A poluição advinda dos resíduos sólidos atua nas características naturais do meio ambiente, onde, portanto, podem ser verificados na feira livre através da observação do local e pelo o olfato, odores provocados pelos mesmos, levando a uma boa parte dos consumidores com renda mínima a comprar em outros locais, ou melhor, nos comercio formal da respectiva cidade, como, por exemplo, as redes de supermercados e de frios.

Comumente, as feiras livres são caracterizadas pela sua produção permanente dos resíduos sólidos nos seus setores de venda (carnes, cereais, frutas, verduras e etc.), e que são gerados desde o momento em que esses alimentos chegam aos locais a serem comercializados na feira, transformando-se, via de regra, em geradores e propagadores de doenças provocadas pelos resíduos sólidos presentes.

Na feira livre de Guarabira existe a carência de higiene, de organização e padronização, falta saneamento básico, infraestrutura, há uma inadequação de paradas, estacionamento, sanitários públicos, e para completar as condições inapropriadas o poder público municipal trata com descaso tal precarização estrutural desse comercio a céu aberto. Diante do exposto, e para complementar tais problemas, não há coleta de lixo seletiva e políticas públicas que priorize a questão da retirada do lixo produzido na feira livre.

Quando interrogado sobre tais problemas, o governo municipal guarabirense segue apático a essa questão, sem nenhuma solução a curto prazo. As nossas observações e os relatos obtidos com os feirantes e representantes do poder público municipal sobre a situação do estabelecimento comercial pesquisado, é válido citar Rodrigues, tendo em vista que sua menção serve enquanto subsídio teórico para os problemas por nós apontados:

O circuito dos ‘restos’ de consumo - o lixo mercadoria-, que não interessa ao ‘consumidor’, implica em um descarte cujo recolhimento, transporte, tratamento e deposição é responsabilidade do poder público municipal. Trata-se, a coleta de lixo, de um dos itens dos meios e equipamentos de consumo coletivo. Cabe destacar que os proprietários de imóveis urbanos contribuem com a coleta e deposição do lixo através de taxa incluída no Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU). Apesar da importância crescente e do lixo tornar-se uma nova mercadoria, ele tem sido encarado por alguns governos municipais apenas como um item de despesas. Já para as empresas contratadas para o transporte e deposição, o lixo é fonte de lucro. Em geral, ganham por tonelada de lixo coletada, o que significa que quanto mais lixo melhor. Assim, para estes é uma mercadoria como outra qualquer, transportada de vários lugares para um único lugar- os depósitos (sanitários ou não), incineradores, usinas de compostagem, etc (RODRIGUES, 2008, p. 123).

As análises feitas a partir do trabalho de campo deixam clara que a precariedade do ambiente é de suma importância para esta pesquisa. O lixo amontoado evidencia a pressa que os feirantes possuem em vender seus produtos, o “corre-corre” em busca de clientes e a extensa jornada de trabalho que estão expostos, assim negligenciam a limpeza e falta organização adequada do seu local de trabalho, tornando algo comum e “normal” esses fatos.

Para uma melhor compreensão das informações anteriores, a imagem a seguir corrobora com o cenário encontrado na feira-livre.



Fotografia 09: Lixo produzido pelos feirantes na feira livre de Guarabira/PB.
Fonte: Arquivo pessoal do autor (2014).

Esse aspecto de limpeza faz parte de uma cultura organizacional criada na feira livre, pois a tradição da feira livre durante muito tempo e ainda hoje é elucidada por essa falta de estrutura límpida. Falta instrução aos feirantes com relação aos critérios de limpeza das feiras, já que muitos se quer possuem uma educação básica necessária, e a vida que desvirtuam não os dotam de noções de limpeza e organização.

Essa problemática é facilmente notada aos olhos dos consumidores, partindo do ponto de vista de que a higiene tem que ser o critério primeiro para a possível organização de um ambiente, principalmente no que tange a feira livre. Outrora, também se faz necessário um policiamento individual de cada feirante com relação às normas básicas de higiene, e, por conseguinte, uma fiscalização por parte dos órgãos que conduzem a feira, com a finalidade de identificar as divergências que fazem com que a desorganização estrutural da feira predomine.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentar compreender a complexidade da categoria⁹ trabalho no século XXI através da ciência geográfica é algo extremamente desafiador e, ao mesmo tempo, enriquecedor para quem o faz, visto que para compreendê-la demanda por parte do pesquisador estudar um caso concreto, numa realidade concreta, encontrando os elementos culturais, econômicos, sociais, jurídicos mais influentes na configuração do objeto pesquisado.

Em suma, requer, como pressuposto para análise, uma “leitura” minuciosa do espaço, das relações sociais que lhe dão razão de ser e do objeto investigado dentro desses dois elementos (espaço e relações sociais). Essa relação dialética – onde espaço e relações sociais capitalistas se retroalimentam historicamente – demarca o cotidiano da feira-livre de Guarabira, isto através das mais variadas formas de empregabilidade informais existentes nesses estabelecimentos econômico-comercial municipal. Exemplo notório são os camelôs, os carregadores do carrinho de mão, vendedores de DVDs etc.

Os resultados contraditórios da processual inter-relação das categorias trabalho, espaço e relações sociais, estimula o pesquisador a estudar o trabalho informal na feira-livre de Guarabira –PB, isto enquanto meio explicativo para a evidência empírica e cotidiana dessa inter-relação. É claro, vale lembrar, que não é de nossa “alçada” estudar minuciosamente tais categorias. Porém, elas são “o pano de fundo” no qual deleitamos nossa análise sobre os feirantes aqui mencionados, onde, portanto, trabalho, espaço e relações sociais estão contidos implicitamente no corpo da redação desse texto.

Ao delimitar nosso recorte territorial como a feira do município de Guarabira, a impressão obtida com as primeiras observações foi à falta de organização estrutural, devido à despadroneização dos bancos, e o não registro dos feirantes no quadro de comércio da prefeitura.

A informalização e a precarização observada *in locu* (feira) denota, em escala microespacial, a real situação contraditória existente entre Capital *versus* Trabalho, em escala macroespacial. Deste modo, não há outra justificativa mais inteligível do que a seguinte: a feira-livre tem se tornado uma saída estratégica para situações de desemprego estrutural –

⁹ Categoria no sentido marxista – mais precisamente no sentido que Lukács lhe aufere – é um aspecto determinante da existência histórica da realidade, o que subentende que antes da categoria ser o resumo dos traços existências ela está “dada” na própria realidade.

como já debatemos no desenvolvimento do texto – para os trabalhadores que estão inseridos nessa porção do mercado informal de Guarabira.

A empregabilidade informal na feira-livre em estudo dispensa qualificação profissional dos trabalhadores. Porém, exige uma intensificada jornada de trabalho, tornando, assim, degradante e exaustivo o trabalho nesse setor. Não podemos negar as novas formas encontradas e desenvolvidas pela classe trabalhadora em busca da sua reprodução material, embora que essas formas de trabalho sejam precarizadas e tenha remuneração precária, como podemos perceber na feira-livre em questão.

Diante do que já discutimos no decorrer desse Trabalho de Conclusão de Curso e, também, da conjuntura econômica e política do novo milênio, a qual está sendo marcada por uma profunda recessão política, organizativa e ideológica para a classe trabalhadora a nível internacional e nacional, torna-se impossível tecermos apontamentos que não estejam, por mínimo que sejam, no compasso do dia-dia dos trabalhadores – senão estaríamos querendo que os trabalhadores dessem um salto maior do que suas pernas. Ao afirmamos isso, não queremos jamais escamotear a perspectiva de ruptura total com a sociedade burguesa capitalista.

Sendo assim, não dá para nos sedarmos com uma dose de esquerdismo infantil e apontarmos como propostas a curto e médio prazo a dissolução da ordem social pelos trabalhadores. Não dá, por mais que gostaríamos que isso fosse possível a curto e médio prazo ! Porém, para isso faremos uso de uma menção contida no manifesto do partido Comunista para afirmarmos nossos anseios de pesquisadores que faz parte de uma geografia crítica como forma de destoar da barbárie que o capital vem cometendo ao mundo do trabalho: a emancipação dos oprimidos não será feita senão por eles mesmos!

Perante o que discutimos no parágrafo anterior, as medidas para resolver alguns problemas em curto prazo merecem vir à tona nesse debate: 1) padronizar os bancos, com medidas estabelecidas para todos de dois metros de largura por um de comprimento; 2) lixeiras em várias partes da feira, para evitar que joguem os resíduos sólidos no respectivo espaço, justamente na hora de comercialização dos produtos; 3) reforma do mercado público, isto por conta da sua infraestrutura está muito danificada, onde, podemos observar e segundo os relatos dos próprios feirantes, a circulação de baratas, ratos, cachorros e insetos (moscas, em especial); 4) fiscalização da Vigilância Sanitária; 5) uma maior eficiência por parte dos fiscais da feira, isto no que tange a manter uma organização dos estabelecimentos comerciais e não, como eles estão acostumado a fazer, apenas cobrarem impostos.

Diante das propostas elencadas, uma pergunta merece ser feita: como elas poderiam ser realizadas? Entendemos que nos prazo estipulado por nós, os órgãos públicos (estadual, municipal e federal) deveriam se articular no intuito de resolver os problemas mais imediatos da feira em questão, os quais são os substratos para a formulação de nossas propostas acima.

Governo do estado da Paraíba, Prefeitura Municipal de Guarabira, Agencia Nacional de Vigilância Sanitária, Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, poderiam planejar uma ação coletiva para sanar os problemas mais básicos dos trabalhadores da feira-livre de Guarabira.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** Campinas, São Paulo, Cortez, 2003.

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** Ed. Boitempo. São Paulo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** Serv. Soc. Soc., São Paulo, nº 107, jul/set de 2011, p.405-419;

BORSOI, Izabel Cristina F. **Vivendo para trabalhar: do trabalho degradado ao trabalho precarizado.** Convergencia, Revista de Ciencias Sociales, núm.55 Universidad Autónoma del Estado de México, , 2011.

COSTA, Ediná Alves. **Fundamentos da vigilância sanitária.** Salvador: EDUFBA, 2009.

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. **São Paulo: Companhia das Letras**, v. 2, 1995.

MACHADO, Ana Flávia; HIRATA, Guilherme Issamu. **Conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia.** Revista Econômica, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 123-143, junho de 2008.

MARTINS, Graciane Prim. Desemprego estrutural na era da globalização. **Graduação (Ciências econômicas) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis**, 2006.

MANDEL, Ernest. Traite d' économie marxiste. IN BOTTOMORE, Tom. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

MÉSZÁROS, István et al. **Para além do capital.** Boitempo Editorial, 2002.

OLIVEIRA. Ana Christina M. A, **A responsabilidade na destinação dos resíduos sólidos domésticos: análise de discurso dos cidadãos no município de Lajeado.** X Salão de Iniciação Científica PUCRS. Rio Grande do Sul. 2009;

OLIVEIRA, ACMA de; MAZZARINO, Jane Marcia; TURATTI, Luciana. A responsabilidade na destinação dos resíduos sólidos domésticos: análise de discurso dos cidadãos no município de Lajeado. **Salão de Iniciação Científica (21.: 2009 out. 19-23: Porto Alegre, RS). Livro de resumos. Porto Alegre: UFRGS, 2009.**, 2009.

PEREIRA, Renata de Lima. **Precarização do trabalho: um olhar sobre a feira de Caruaru/PE.** V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e do VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Belém: Pará. Universidade Federal do Pará, 2011;

POCHMANN. Márcio. Desemprego no Brasil. In: ANTUNES. Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2009;

RODRIGUES, Ivanildo Dias. *A Dinâmica Geográfica da Camelotagem: a Territorialidade do Trabalho Precarizado*. **Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente**, 2008.

RAMOS, Lauro Roberto Albrecht. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001**. IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2002.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. **Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós- 1990**. Revista Pro-posições, vol. 19, n. 2, São Paulo, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SOUZA, Augusto Carvalho; FEIJÓ, Carmem Aparecida; SILVA, DB do N. Níveis de Informalidade na economia brasileira. **Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza**, v. 37, n. 3, p. 422-444, 2006.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Sinal dos tempos do capital: irreformabilidade e emancipação. In: THOMAZ JUNIOR, Antonio; PONTE, Karina Furini da; ALVES, José (orgs). **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2011, p. 11-38.